

COMISSÃO MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA - CMMC

Decreto nº 7.293 de 30 de novembro de 2015 (DO nº 6.518 de 01/12/2015)
Portaria nº 189 de 10 de dezembro de 2015 (DO nº 6.526 de 11/12/2015)
Decreto nº 7.379 de 26 de fevereiro de 2016 (DO nº 6.574 de 29/12/2016)
Decreto nº 7.757 de 22 e maio de 2017 (DO nº 6.872 de 23/05/2017)

MEMBROS:

GPM – Gabinete do Prefeito Municipal
SEMAM - Secretaria de Meio Ambiente
SEDURB - Secretaria de Desenvolvimento Urbano
SAPIC - Secretaria de Assuntos Portuários, Indústria e Comércio
SESEG/DEDEC - Secretaria de Segurança/Departamento de Defesa Civil
SESERP - Secretaria de Serviços Públicos
SIEDI – Secretaria de Infraestrutura e Edificações
SMS – Secretaria de Saúde
SECOM – Secretaria de Comunicação
FPTS – Fundação Parque Tecnológico de Santos

PRESENTES:

Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH
Cooperação Brasil e Alemanha

22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO MUNICIPAL DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA DO CLIMA–CMMC

Coordenador: Marcos Libório (SEMAM)

Vice-Coordenador: Eduardo Kimoto Hosokawa (SEDURB)

Relatoras: Sandra Cunha dos Santos e Glaucia Santos dos Reis (SEMAM)

Conselheiros presentes: Srs.(as): Eduardo Kimoto Hosokawa (SEDURB), Pacita Lopes (DEFESA CIVIL), Adilson Luiz Gonçalves (SAPIC), José Marques Carriço (SEGOV).

Convidados: Srs. (as): Danielle Almeida de Carvalho (UNESP/GIZ), Glaucia Santos dos Reis (SEMAM), Marcos Pellegrini Bandini (DEFESA CIVIL), Viviane Amaral Ferreira (SEMAM), João Luiz Cirilo Fernandes Wendler (SEMAM), Paula Franco Moreira (GIZ) e Prof. João Vicente Coffani Nunes (GIZ) Greicilene Regina Pedro (SEDURB).

Via SKYPE – André Lima (Coordenador - Projeto Radar Clima e Sustentabilidade) e Leila Soraya Menezes

Justificativa de ausência: Juliana Cabral Francisco de Oliveira (SMS).

Pauta da Reunião:

- 1) Leitura e aprovação das atas anteriores;
- 2) ProAdapta - Programa de Apoio para Adaptação à Mudança do Clima (MMA/GIZ/PMS);
- 3) Assuntos gerais.

22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12 DE AGOSTO 2019 | Local: SEMAM | Horário: 10h30

Memória de Reunião

A Comissão Municipal de Adaptação à Mudança do Clima – CMMC - reuniu-se seguindo a ordem do dia.

Item 1. As Atas aprovadas. O Sr. Eduardo agradeceu a presença e contribuição de todos e o apoio de Sra. Paula e da agência GIZ. Informou que a Sra. Viviane representante do Secretário Marcos Libório e o Sr. João Cirilo trabalharão em conjunto com a CMMC nas questões da medida AbE.

Item 2. TdR de Vulnerabilidade - Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA). Sra. Viviane salientou que a elaboração do PMMA é uma das metas de pontuação da cidade de Santos para obtenção o Programa Município Verde/Azul (PMVA), e que desde 2007 (apenas 01 ano ficou fora) é contemplada com o selo, tendo este, por objetivo estimular e auxiliar as prefeituras paulistas na elaboração e execução de suas políticas públicas estratégicas para o desenvolvimento sustentável do estado de São Paulo .

Sr. Adilson apontou cautela quanto a elaboração do PMMA, para não conflitar com a Legislação Municipal, Estadual e Federal.

Sra. Viviane informou que em questão aos conflitos os planos são mais versáteis, podendo ser revistos.

Sr. Marcus Bandini informou que é uma grande oportunidade as novas iniciativas que estão ocorrendo, e que o interesse da Defesa Civil é a recuperação de áreas degradadas.

Sr. José Carriço apontou como estratégia, a necessidade da continuidade de forma assertiva do apoio da Comissão Consultiva Acadêmica (CCA) composta por pesquisadores das Universidades da Região, com a CMMC. Informou que dessa forma, pode-se obter sucesso na consolidação de uma política municipal disseminada pela sociedade.

Sr. Eduardo e Sra. Paula informaram que no cronograma do Tdr de arranjo institucional consta reunião com a CCA para o mês de novembro.

Sr. André agradeceu pelo convite e informou estar à disposição da CMMC. Comunicou que ao analisar as considerações apresentadas, concluiu que um dos desafios do PMMA é a compatibilização de escala e esfera de jurisdição e responsabilidade. Participou que é muito importante olhar o desafio de Santos, tendo-se como lógica de como empoderar mais o município, na medida do possível. Participou que pelo avanço nas questões dos estudos ambientais Santos pode ser um projeto piloto.

Quanto a agenda (cronograma) ressaltou 03 objetivos: 1º atualização do PMMA; 2º inserção da lente climática (inserção climática e abordagem da AbE) no PMMA; 3º Desafio na qual a população se aproprie do PMMA (envolvimento da CCA, dos diferentes setores governamentais e também dos setores privados).

Descreveu três fases; 1ª identificar o foco do Plano (incongruências, lacunas e inconsistências); 2ª resolução das questões de documentação, identificação dos maiores desafios, realização de parecer ou relatório apontado os desafios de compatibilização das esferas para apresentação ao COMDEMA (set/ 2019 a janeiro 2020), e que nesta fase efetua-se em três versões: 1ª coleta de opiniões da CMMC e COMDEMA, 2ª consultas e rodadas de conversa bilaterais com atores que a CMMC considerar necessário; 3ª retorno ao COMDEMA da 3ª versão (maio/2020) depois a CMMC.

Sugeriu que o Plano seja apresentado na Semana do Meio Ambiente e informou que este não precisa ser exatamente aprovado pelo Poder Legislativo, apenas pelo COMDEMA e decretado pelo Prefeito.

Sr. Marcos Bandini enfatizou a Sra. Viviane da urgência de atualização da portaria do Grupo Técnico da Mata Atlântica da indicação de interlocutor técnico (SEMAM). Salientou a importância de comunicar a CCA informando que a CMMC está em busca de contribuições ao PMMA. Informou das duas realidades diferentes no município: Área Insular (área urbana) com restrições nas áreas de morros e mangues e da Área Continental (Parque Estadual da Serra do Mar e os usos retro portuários e os conflitos que se abrem nessa área.

Sra. Viviane sugeriu antecipar as colocações do PMMA ao COMDEMA, pois os conflitos que aparecerão serão trabalhados em conjunto com a CMMC, antes da apresentação final do documento do Plano, prevista para maio/2020.

Sr. André propôs duas estratégias: 1ª CMMC como operacional reportando-se ao Comdema em alguns momentos e durante o processo faz consultas bilaterais a 02 membros indicados pelo conselho: 2ª colocar o assunto em uma Câmara Técnica/ou subcomissão do Comdema. Os membros em consenso concordaram que a CMMC trabalhe com 1ª estratégia.

Sra. Paula considerou sobre a ideia de interlocutor técnico e outro político. Sra. Viviane informou que definirá esta questão junto ao coordenador da CMMC. Informou que a reunião do COMDEMA será dia 04/09/19 – 9h, e que solicitará a Sra. Danielle (GIZ) que contate o Presidente do conselho para a inclusão de pauta referente ao PMMA, caso aceite, esta e Sra. Leila virão para a reunião.

Esta apontou a necessidade do geoprocessamento (elaboração de mapas) para o PMMC. Os membros informaram que necessitam de consultor técnico para o geoprocessamento.

Sra. Daniella efetuou apresentação sobre o “Levantamento de Lacunas da Região sobre Informação de Vulnerabilidade”, ao término da apresentação, informou que os dados serão disponibilizados para a CMMC.

Item 2. Prof. João Vicente fez breve explanação sobre a medida AbE (Adaptação Baseada em Ecossistemas).

Sra. Greicilene informou sobre reunião da COMUL/Monte Serrat na qual houve a apresentação da medida AbE e relatou que em visita ao morro do Monte Serrat percebeu o interesse da comunidade sobre o assunto (AbE).

Sra. Viviane informou que para montagem processual tem que se constar o Protocolo de Intenções do município para com o projeto piloto AbE, assinado pelos Secretários (cujas secretarias estejam envolvidas no projeto). Solicitou parecer nº 03/2019 - Monte Serrat, da Defesa Civil para colocação no plano de trabalho e anexação no processo. Os membros deverão em conjunto elaborarem a minuta do Protocolo de Intenções, no padrão jurídico e, posteriormente, a SEMAM deverá encaminhar para análise da Procuradoria Jurídica (PROJUR).

Item 2.1 TdR Arranjos Institucionais a Sra. Leila descreveu para os presentes os seguintes produtos; P1 Roteiro metodológico; P2. Levantamento bibliográfico (artigos científicos e documentos de políticas analisados e outras referências bibliográficas); P3. Estudos de casos detalhados (em construção); P4 avaliação de efetividade (proposta de ferramenta); P5 análise comparativa (em construção); P6 sumário executiva. Informou sobre os arranjos institucionais nacionais identificados e apontou que os estudos de modelos institucionais ocorram nestas localidades:

Campinas (SP) (Secretária Municipal de Verde do Meio Ambiente de Desenvolvimento Sustentável (medidas de mitigação) e Secretaria de Governo/Defesa Civil (medidas de adaptação).

Fortaleza (CE) cidade litorânea, possui uma Secretária de Urbanismo e Meio Ambiente do município, estas respondem pelo Fundo Defesa do Meio Ambiente, Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, Conselho Municipal Desenvolvimento Urbano, Conselho Municipal de Meio Ambiente, Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano, Coordenadoria de Política de Licenciamento e Coordenadoria de Políticas Ambientais que engloba o Saneamento,

Recursos Hídricos, Gestão da Orla e célula específica de sustentabilidade de Mudanças Climáticas o CECLIMA, tendo uma parceria com Suécia (trabalham com serviços de ecossistemas urbanos).

Recife (PE) cidade litorânea, tendo o Comitê de Mudanças Climáticas (COCLIMA) referente a energia, mitigação, mobilidade, resíduos, gestão de riscos e desastres da mudança do clima, sendo coordenado pela Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade e o GECLIMA (Grupo Executivo de Sustentabilidade) formados por servidores também coordenado pela Secretaria de Meio Ambiente.

Acre possui um destacado instituto de Mudanças Climáticas e Regulação de Serviços Ambientais (articulando medidas de mitigação e adaptação) atuando com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e a Comissão Estadual de Gestão de Riscos Ambientais (conhecimento científico na avaliação dos riscos).

Quanto aos arranjos institucionais internacionais, indicou estudos de modelos institucionais nos seguintes países:

Montevidéu (Uruguai) grupo da Intendência, trabalham em rede, que atinge toda região metropolitana do país.

Nova York (EUA) tem um setor de Recuperação e Resiliência, estruturas de adaptação, estando do topo da gestão climática, tendo painel científico (formado por cientistas), participação do setor privado e dos grupos comunitários

Roterdã (Holanda) tem um escritório de sustentabilidade, o governo é um dos atores, pois há compartilhamento da responsabilidade com a comunidade e o mercado.

Sidney (Austrália) o governo local quase não aparece e sim os conselhos costeiros (instituídos em 1993) que trabalham com todas questões locais e institucionais.

Sacramento (Califórnia/EUA) agenda da clima esta inclusa em todos departamentos da prefeitura que tem um departamento de desenvolvimento comunitário (desenvolvimento completo da cidade, focado na pessoa) e sob este departamento existe uma divisão de planejamento de longo prazo considerando os cenários climáticos sendo esta divisão também responsável pelo desenvolvimento de planos políticos e programas.

Definiu-se na reunião que os modelos institucionais nacionais e internacionais estudados serão: Fortaleza, Recife e Campinas (nacionais) e New York, Roterdã e Montevidéu (internacionais).

Sra. Leila sugeriu que os contatos com os representantes internacionais, sejam na forma de videoconferência (40 minutos) para que estes, relatem sobre seus arranjos institucionais e respondam as perguntas pontuais da CMMC, salientou que esta, deve ocorrer o mais breve possível. Pautou sobre se efetuar uma oficina (workshop) com participação da CCA referente a aplicação do resultado do termo de referência.

Sem mais nada a ser tratado no momento, a reunião foi encerrada pelo vice-coordenador.

EDUARDO KIMOTO
VICE-COORDENADOR